

**QUESTÕES DA SEGUNDA ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE
CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 1ª REGIÃO – 2010
(1ª PROVA ESCRITA DISCURSIVA)**

1ª questão – 1,0 ponto

EISTEIN OSWALD DE SOUZA, professor de matemática de uma fervorosa e tradicional escola católica, premido por um grupo de alunos, manifestou-se favoravelmente ao aborto e ao casamento de pessoas divorciadas, vindo a ser despedido, por justa causa, com fundamento em conduta incompatível com a doutrina religiosa da instituição de ensino.

Em defesa, o ex-empregado admitiu o fato, mas sustentou que além de ter ocorrido após a aula, em horário que não era de trabalho, o que restou comprovado, manifestou a sua opinião com base na liberdade de expressão.

Sendo a liberdade de expressão um direito de natureza constitucional, indaga-se se pode ser exercido sem limitações em relação ao contrato de trabalho e se a conduta do trabalhador foi, conseqüentemente, lícita ou se, ao contrário, caracteriza descumprimento de obrigação contratual.

2ª questão – 1,0 ponto

DORIVAL SANTOS, contratado como mecânico, ajuizou reclamação trabalhista em que alega que no curso do contrato de trabalho, após meses de labor depois do expediente, utilizando as instalações do empregador, uma oficina mecânica, produziu um invento elétrico que reduz o consumo de energia. Informa ainda que o invento vem sendo utilizado e até comercializado pela empresa, sem que o trabalhador perceba qualquer participação.

Postula a totalidade dos valores correspondentes à comercialização do invento e a respectiva integração nas parcelas do contrato.

Em defesa, a empresa X alega que o invento a ela pertence, por ter sido criado pelo trabalhador em suas instalações.

Como o candidato decidiria a questão?

3ª questão – 1,0 ponto

Em se tratando de jogador de futebol:

- a) cláusula penal e multa rescisória significam a mesma coisa? De quem é a responsabilidade pelo pagamento?
- b) o que significa e a quem pertencem os direitos de cessão de imagem obtidos pelo empregador em favor do atleta? Eles se incorporam ao salário?
- c) diante do que dispõe o art.462, CLT e o princípio constitucional da irredutibilidade salarial é possível a imposição de multa salarial pelo descumprimento de obrigações relacionadas a ausência a treinos e concentração?
- d) faz jus a horas extras pelo tempo à disposição em concentração?

4ª questão – 1,0 ponto

NILMAR MARADONA GOTTFRIED ajuizou reclamação trabalhista contra uma entidade da administração pública indireta da União Federal, alegando que foi admitido para ocupar o cargo em comissão de Assistente da Diretoria, percebendo ultimamente R\$ 6.500,00 mensais; que foi nomeado em 27.07.2004, tomou posse em 01.08.2004 e foi exonerado em 07.05.2009. Alega que durante todo o período da prestação de serviços não obteve os reajustes salariais de sua categoria profissional, não gozou férias, não recebeu as gratificações natalinas, nem teve depósitos do FGTS em sua conta vinculada, pretendendo a condenação da Reclamada ao pagamento de férias vencidas, em dobro, simples e proporcionais, 13ºs salários, reajustes salariais da categoria, depósitos para o FGTS e multa de 40%. Devidamente citada, a empresa Reclamada não respondeu ao pregão, tornando-se revel e confessa quanto à matéria fática, adiando-se o feito *sine die* para o proferimento da decisão. Como o candidato julgaria a lide ?

5ª questão – 1,0 ponto

DILMA MARINA SERRA DA SILVA ajuizou reclamação em face da sua empregadora, uma sociedade economia mista federal, alegando que foi admitida sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho e não teria recebido uma gratificação da ordem de 50% do salário básico, instituída por força de lei específica. Foi vencedora na reclamação e passou a receber o suplemento salarial de 50% do salário básico conferido por decisão transitada em julgado, diretamente nos contracheques.

Iniciado o processo de execução para cobrança das diferenças relativas ao período imprescrito até a data em que passou a gratificação a ser paga diretamente nos contracheques, ajuizou DILMA ação de atentado, distribuída por dependência à ação em fase de execução, alegando que após ter recebido a gratificação por alguns meses, o Reclamado suprimiu-a, caracterizando inovação no estado de fato, e pretendendo o restabelecimento da situação anterior, inclusive por força da coisa julgada constituída na primitiva reclamação. Citada, a Reclamada alegou e comprovou que por força de lei específica foi transformada de sociedade de economia mista em autarquia federal, requerendo fosse declinada da competência trabalhista para a Justiça Federal Comum. Pergunta-se:

- a) é cabível a ação de atentado, *in casu* ?
- b) deve ser declinada a competência em favor da Justiça Federal ?
- c) caso competente a Justiça do Trabalho, como o candidato solucionaria a lide ?

6ª questão – 1,0 ponto

JOSÉ KUERTEN NADAL foi condenado a pagar determinada quantia a MANOEL BANDEIRA por decisão transitada em julgado na Justiça Comum de São Paulo, capital. Na execução, não sendo encontrados bens do devedor no foro da execução, foi expedida Carta Precatória para a Cidade do Rio de Janeiro, culminando pela penhora de um bem de sua propriedade. Cientificado do gravame, JOSÉ opôs embargos à execução perante o Juízo Deprecado, alegando que o bem é impenhorável, que a avaliação ficou muito aquém do real valor, e que houve excesso de execução em decorrência de o exequente estar cobrando quantia superior à do título. Pergunta-se:

- a) está correta a apresentação dos Embargos perante o Juízo Deprecado ?
- b) de quem é a competência para apreciá-los?

7ª questão – 1,0 ponto

MARIA ELISABETH ARDEN e JOÃO STEINHAGER propuseram reclamação trabalhista em face de seu empregador, LAMINADOS LTDA, em que alegam ser portadores de estabilidade e e que foram despedidos injustamente, pleiteando reintegração no emprego, sendo vencedores.

Reintegrados, foram colocados na mesma sala onde permanecem durante toda a jornada, sem exercer qualquer função. Passados meses nessa situação, MARIA propôs nova reclamação, pleiteando equiparação salarial a JOÃO, sob o fundamento de que JOÃO possui salário superior e que apesar de anteriormente à dispensa exercerem funções diversas, atualmente ambos permanecem na mesma situação, ou seja, na inatividade, pelo que a diferenciação salarial se caracteriza como ato discriminatório em face do princípio da isonomia. Pergunta-se: é procedente o pedido de equiparação salarial deduzido por MARIA?

8ª questão – 1,0 ponto

MAICON JÉQUISSON DE SOUZA impetrou Mandado de Segurança contra ato de autoridade e obteve a concessão de medida liminar *initio litis*. Julgado procedente o pedido, com a concessão da segurança e confirmação da medida liminar, foi interposta Apelação e MAICON intimado a contraminutá-la. No curso do prazo concedido, MAICON veio a falecer e seu único filho constituiu advogado, que deu ciência ao Juízo do falecimento do Impetrante e, juntando a certidão de óbito, requereu lhe fosse concedido prazo para promover a habilitação incidental. Como o candidato decidiria o requerimento do filho de MAICON?

9ª questão – 1,0 ponto

Apresente o candidato critérios para distinguir a prescrição da decadência, em conformidade com a natureza dos direitos subjetivos e das ações exercitáveis.

10ª questão – 1,0 ponto

Em execução, constatou-se a inexistência de bens da empresa executada SALSICHAS SUCULENTAS LTDA, da qual JADER RORIZ DOS SANTOS é sócio majoritário.

Que procedimento deve ser adotado pelo Juiz diante do requerimento do advogado do exequente de execução dos bens do referido sócio?